

**ÁREA TEMÁTICA 1: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO E TERCEIRO
SETOR**

**DEFESA CIVIL EM FOCO: A IMPORTÂNCIA DE SUA ESTRUTURA NOS
MUNICÍPIOS**

RESUMO

Defesa Civil em foco: A importância de sua estrutura nos municípios.

As Defesas Civas Municipais são órgãos que atuam frente a Gestão de Riscos e Desastres, que deve trabalhar em torno da prevenção e mitigação de possíveis eventuais ocorrências, bem como também, no gerenciamento de desastres, sendo atuante direta nas ações de resposta e recuperação para o restabelecimento do cenário de normalidade social, uma vez que necessita estar sempre preparada para agir de forma eficiente. Este artigo tem como objetivo analisar a estrutura organizacional de uma Defesa Civil e reestruturá-la para adaptação em órgãos de Defesa Civil Municipais, que possuem menor porte, diminuindo conflitos internos e definindo atribuições de cada setor, pautando-se na aplicação de técnicas administrativas desenvolvidas e estimuladas dentro da gestão pública. Visa-se otimizar a área da gestão pública, voltadas diretamente para o interesse coletivo da população de acordo com suas necessidades/demandas, através de um planejamento estratégico, objetivando com que o respectivo órgão esteja sempre preparado para um atendimento com a devida eficiência. Além disso, é notório ressaltar as necessidades de gestores com conhecimento transversal, tendo em vista as legislações que norteiam os aspectos legais a serem desempenhados e utilizados de forma correta. Tendo isso em vista, o presente artigo traz indicações de soluções e tendências ligadas à organização.

Palavras-chave: Defesa Civil Municipal; Planejamento estratégico; Estrutura organizacional;

ABSTRACT

Civil Defense in focus: The importance of its structure in municipalities.

Municipal Civil Defenses are bodies that act in the field of Risk and Disaster Management, which must work around the prevention and mitigation of possible eventual occurrences, as well as in disaster management, being directly involved in response and recovery actions for the reestablishment of a scenario of social normality, as you need to always be prepared to act efficiently. This article aims to analyze the organizational structure of a Civil Defense and restructure it for adaptation in Municipal Civil Defense bodies, which have smaller doors, causing internal conflicts and defining the responsibilities of each sector, based on the application of administrative techniques. and stimulated within public management. The aim is to promote the area of public management, aimed directly at the collective interest of the population according to their needs/demands, through strategic planning, with the aim of ensuring that the corresponding body is always prepared to provide service with due efficiency. Furthermore, it is notable to highlight the needs of managers with transversal knowledge, taking into account the legislation that guides the legal aspects to be performed and used correctly. With this in mind, this article brings restrictions on solutions and trends linked to the organization.

Keywords: Municipal Civil Defense; Strategic planning; Organizational structure;

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, as áreas da administração pública vêm sofrendo diretamente com a redução e contingenciamento econômico, o qual afeta diretamente a infraestrutura e qualidade dos serviços ofertados pela união, estado e municípios. Tendo isso em vista, é fundamental que haja uma definição elaborada, qualificada e estruturada organizacionalmente, considerando a transparência exigida por meio do princípio da publicidade dentro da área institucional, que considera dever à administração pública o fornecimento de informações como forma de transparência a todos os atos que são realizados. (NASCIMENTO, 2020).

Dessa forma, é importante que dentro da gestão de todo órgão público haja uma estrutura organizacional clara e bem definida, facilitando aos agentes internos exercerem suas atribuições ao público externo sem morosidade, não distorcendo a ineficiência organizacional com a morosidade do sistema burocrático já existente, que nada mais é do que uma cadeia longa em que as decisões obedecem a uma lógica de hierarquia administrativa, prescrita em regulamentos expressos. (COSTIN, 2010).

Diante do exposto, a importância da busca constante pela melhoria e otimização da estrutura organizacional de órgãos de Defesa Civil, contribuirá diretamente no dia-a-dia dos servidores e contribuintes, dando maiores clarezas sobre os procedimentos que cabem ao setor, evitando casos de retrabalho, morosidade no serviço e desgastes físicos/mentais. Além disso, também é fundamental ter noção da criação de um setor idealizado, considerando que cada processo deve ser organizado na distribuição de tarefas de cada funcionário, que executam de acordo com o seu perfil profissional e técnico. (CARREIRA, 2012).

Portanto, por meio do estudo da estruturação organizacional, buscou-se utilizá-la como fonte para análise e idealização de novas configurações para as Defesas Civas Municipais, ponderando aspectos de otimização e melhorias organizacionais com a construção dos setores internos do presente órgão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Uma organização pública é definida por Nascimento (2020), como um projeto amplo de desenvolvimento que proporciona melhorias na gestão e das maneiras de realizar as tarefas, da informação gerencial, da capacitação de pessoas, desenvolvendo assim uma linha estratégica de posicionamentos. Detalhando mais as organizações públicas, Costin (2010) define que a administração pública pode ser dividida em dois aspectos distintos, de forma direta ou indireta, de acordo com a Constituição Brasileira. “A administração direta inclui os serviços desempenhados pela estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios (no caso da administração federal)”. (COSTIN, 2010 p. 29). Por outro lado, a administração pública indireta (ou descentralizada), inclui as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista e fundações públicas, que exercem atividades fins que lhes foram atribuídas.

Outro aspecto de fundamental importância para compreender de fato o funcionamento das organizações públicas é ligado à área de gestão de pessoas, visto que “o desenvolvimento da organização está diretamente relacionado à capacidade

da mesma em desenvolver pessoas e ser desenvolvida por pessoas”. (Dutra, 2019, p. 02)

Também, Dutra (2019) classifica que existem quatro eixos na carreira de pessoas atuantes em organizações públicas para caracterizar os processos desempenhados, inicialmente pelo eixo gerencial que atua em torno de obter resultados, possuindo um olhar sistêmico da organização, além de ter plena autonomia para tomadas de decisões e liderar sua equipe de colaboradores. O segundo eixo é o administrativo, área a qual tem responsabilidade por dar suporte às outras áreas existentes de tal organização, desenvolvendo, aprimorando e implementando processos internos e soluções corporativas, assegurando ao chefe superior informações concretas para as tomadas de decisões. O terceiro eixo identificado é o setor técnico, onde é realizado e apresentado soluções técnicas de acordo com a viabilidade de situações. O quarto e último eixo de Dutra (2019) é o comercial, responsável pela construção e manutenção do relacionamento com a sociedade, evidenciando os serviços prestados, zelando pela qualidade no atendimento e desenvolvendo assim a organização como um todo.

Nascimento (2020) também ressalta a importância dos cinco princípios da administração pública como código de conduta para o cumprimento das normas dentro do sistema constitucional, os quais sustentam todas as ações de administrações e servidores públicos, de acordo com o que se acredita como certo, correto e legal. O Quadro 1 resume estes princípios.

Quadro 1 - Princípios da Administração Pública.

Princípio da legalidade	Trata-se da delimitação da administração pública, representando que as ações devem possuir embasamento legal, seguindo as legislações vigentes no país
Princípio da Impessoalidade	Tem como objetivo principal fazer com que a gestão pública atue diretamente no que diz respeito ao interesse público, de forma que não seja realizado o favorecimento ou prejuízo de pessoas ou grupos, ou também, qualquer promoção pessoal ou benefício político atuando dentro de uma organização pública.
Princípio da Moralidade	Descrito como a forma crítica de como o agente público, como ser humano capacitado em atuar, deve, necessariamente, saber distinguir o “bem do mal”, o honesto do desonesto, sempre considerando os elementos éticos vivenciados de acordo com as situações vivenciadas.
Princípio da Publicidade	Considera dever à administração pública o fornecimento de informações como forma de transparência a todos os atos que são realizados.
Princípio da Eficiência	Não considera apenas a qualidade do serviço prestado pela gestão pública direta e indireta, mas também sobre os serviços que podem ser operacionalizados por terceiros, de acordo com a liberação dos serviços públicos.
Princípio da Continuidade	Refere-se ao prosseguimento ininterrupto do serviço público de diferentes gestores, não restringindo ações de antecessores por questões partidárias e pessoais.

Fonte: Adaptado de Nascimento (2020).

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional é percebida como um meio pelo qual a autoridade é distribuída, atividades são detalhadas delineando um sistema de comunicação eficiente, facilitando a realização de atividades e a execução de suas respectivas autoridades. (VASCONCELLOS, 1989). Consoante Oliveira (2014), a estrutura organizacional é um sistema, assim como todo e qualquer instrumento administrativo, que é composto por seis partes conforme demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Componentes de um sistema.



Fonte: Oliveira (2014)

Tendo visto isto, a estrutura organizacional é o resultado das decisões de divisão e coordenação do trabalho, não categorizando apenas atribuições específicas, como também a maneira de como devem ser interconectados os diversos grupos especializados, denominados departamentos. (MAXIMIANO, 1986).

Segundo Maximiano (2000), para estabelecer uma estrutura organizacional, o setor em análise necessita da definição de três sistemas, sendo eles a divisão do trabalho, autoridade e comunicação. A divisão do trabalho (ou sistema de responsabilidade, ainda de acordo com Maximiano (2000), define os graus de especialização do agente, as suas responsabilidades e tarefas, bem como também as suas unidades de trabalho (delimitações).

Já o sistema de autoridade, é classificado por definir os diferentes tipos de autoridade da organização, de acordo com seus níveis (mais altos e mais baixos), assim como a amplitude do controle das ações, além de definir também os graus de centralização e descentralização.

Por fim, o sistema de comunicação é tratado como forma de identificar quais os tipos de comunicação existentes, bem como também a análise de quais os meios mais eficientes para sua plena utilização. Esses referidos sistemas possuem ligação com quatro fatores condicionantes para suas definições, como por exemplo, o ambiente, a estratégia, a tecnologia e o fator humano. (MAXIMIANO, 2000).

2.3 DEFESA CIVIL

De acordo com Ministério da Integração Nacional, as primeiras ações dirigidas para a defesa da população foram realizadas nos países envolvidos com a Segunda Guerra Mundial. Assim, primeiro país a preocupar-se com a segurança de sua população foi a Inglaterra, que após os ataques sofridos entre 1940 e 1941, instituiu a CIVIL DEFENSE (Defesa Civil), quando foram lançadas toneladas de bombas sobre

as principais cidades e centros industriais ingleses, causando milhares de perdas de vida na população civil. Hoje, a Defesa Civil se organiza em sistemas abertos, com a participação dos governos locais e da população no desencadeamento das ações preventivas e de resposta aos desastres.

No Brasil, destaca-se a Defesa Civil de Santa Catarina, onde no início da década de setenta, após inúmeros casos recorrentes de enchentes, inundações e vendavais, o governo catarinense constatou por meio de estudos climatológicos, que o Estado era assolado por desastres naturais e tratou de criar um órgão que pudesse prevenir ou minimizar os efeitos negativos.

Outra referência com uma estrutura organizacional bem definida é a do Rio Grande do Sul, oriunda de enchentes no Rio dos Sinos em 9 de julho de 1970, o qual deixou ilhas imersas e fez com que os moradores se deslocarem para casas de familiares, originando a primeira atuação de uma equipe de Defesa Civil Estadual. Além de problemas hidrológicos, o estado também sofre com a incidência de fortes estiagens durante o verão, sendo local de análise do presente artigo. Conforme Decreto Estadual N° 42.355, instituiu-se as divisões da estrutura da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul, conforme o Quadro 2:

Quadro 2: Divisões estruturais da Defesa Civil do Rio Grande do Sul.

Divisão Administrativa	Responsável pela gestão administrativa, da logística, de recursos humanos e apoio às atividades operacionais;
Divisão de Apoio Técnico	Responsável pela assessoria técnica na gestão de riscos e desastres, pela gestão da informação, capacitação e dos integrantes;
Divisão de Convênios	Responsável pela análise dos processos de Situação de Emergência decretados pelos municípios;
Divisão de Assistência às Comunidades	Encarregado pelo andamento às ações de ajuda humanitária, com alimentos, material de higiene e saúde;
Divisão de Relações Comunitárias	Encarregado pelo arrecadamento de doações do Estado;

Fonte: Casa Militar Defesa Civil RS

As Defesas Civas Municipais são fundamentadas (quando regulamentadas) pela Lei N° 12.608, de 10 de abril de 2012, a qual institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC.

Conforme o Quadro 3, referente a suas atribuições, de acordo com o Art. 8° da Lei 12.608/2012, compete aos Municípios:

Quadro 3 – Lei 12.608/12, Artigo 8º.

Inciso	Descrição
I	Executar a PNPDEC em âmbito local;
II	Coordenar as ações do SINPDEC (Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil) no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;
III	Incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
IV	Identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
V	Promover a fiscalização de áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;
VI	Declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
VII	Vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
VIII	Organizar e administrar abrigos provisórios para a assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
IX	Manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
X	Mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
XI	Realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
XII	Promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;

XIII	Proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
XIV	Manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de Proteção Civil no Município;

Fonte: Presidência da República

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC também estabelece que as ações de Proteção e Defesa Civil são organizadas pelas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Esses elementos compõem o processo do funcionamento geral que caracteriza a prestação de seus serviços frente à população. Para seu melhor entendimento, visualiza-se no Quadro 4.

Quadro 4: Ações de Proteção e Defesa Civil.

Prevenção	Medidas e atividades prioritárias, anteriores à ocorrência de desastre, destinadas a evitar ou reduzir a instalação de novos riscos;
Mitigação	Medidas e atividades realizadas imediatamente a fim de reduzir ou evitar consequências do risco de desastres;
Preparação	Medidas e atividades, anteriores à ocorrência de desastre, destinadas a otimizar as ações de resposta e minimizar os danos e as perdas decorrentes;
Resposta	Medidas emergenciais realizadas durante ou após o desastre que visam ao socorro e à assistência da população atingida e ao retorno dos serviços essenciais;
Recuperação	Medidas desenvolvidas após o desastre para retornar à situação de normalidade, que abrangem a reconstrução da infraestrutura danificada ou destruída, à reabilitação do meio ambiente e da economia, visando o bem-estar social;

Fonte: Presidência da República

Dessa forma, considerando as respectivas atribuições instituídas por lei, será desenvolvido no capítulo a seguir, a metodologia aplicada no desenvolvimento de uma estrutura organizacional para Defesas Cíveis Municipais, baseadas em análises práticas e teóricas que correspondem aos atendimentos considerados padrões em ações de prevenção e mitigação de desastres.

3. MÉTODO

Neste capítulo, é caracterizado a identificação do procedimento metodológico para a elaboração do presente artigo, fazendo com que sejam elencados a formação

dos objetivos desde a sua abordagem, bem como os meios utilizados para a captação dos dados que fizeram parte do desenvolvimento e embasaram as percepções dos autores por meio de conceitos que direcionam a coerência dentre os processos efetuados.

Desta maneira, para determinar a finalidade, foi utilizada uma abordagem de pesquisa qualitativa, que de acordo com Denzin e Lincoln (2006), é determinante para uma abordagem interpretativa do mundo como um todo onde busca-se compreender os significados das coisas, para analisar aspectos relacionados aos colaboradores, sociedade, e assim, mapear as necessidades de acordo com cada tipo atendimento realizado em uma Defesa Civil Municipal.

Realizou-se então uma pesquisa sobre o índice de ocorrências atendidas por uma Defesa Civil Municipal, que possui uma variada disposição de serviços prestados junto à população, e que realiza diariamente o atendimento à diversos casos de situações de risco (palavra-chave para a compreensão de suas atribuições), as quais podem ser visualizadas conforme o Quadro 5, que demonstra as variáveis e uma breve descrição da atuação.

Quadro 5 – Situações de atendimento de uma Defesa Civil Municipal.

Situação	Descrição
Área de risco	São as áreas que possuem distância menor de 15 metros entre sangas, trilhos de trem, faixas de rodovias, estruturas residências que apresentam rachaduras, inclinações, entre outros...
Alagamentos	É realizado a análise dos motivos da ocorrência de alagamento (bueiros entupidos, falta de bueiros, tubulação com vazão insuficiente) e remoção dos moradores;
Desmoronamento	É monitorado estes casos onde é apontado sugestões de intervenção a fim de evitar possíveis desastres, bem como também é realizada uma contenção momentânea nessas áreas.
Árvore com risco	São atendidas inúmeras ocorrências ao longo dos últimos dois anos em relação às árvores as quais apresentam risco aos transeuntes e patrimônios públicos e privados. Dessa forma, a Defesa Civil Municipal tem autonomia para conceder autorizações de poda e supressão de árvores sem necessariamente obter aval da Secretaria de Meio Ambiente, conforme art. X da lei X
Incêndios	A Defesa Civil auxilia moradores atingidos por incêndios no município, concedendo alimentos, roupas, cobertores, e também suporte com materiais para a reconstrução da cobertura de residências (telhas de fibrocimento).
Pontes e galerias	Outro monitoramento realizado é frente às pontes e galerias do município, o qual é analisado as estruturas e condições do passeio público.
Chamados de emergência	Ademais, a Defesa Civil também realiza o atendimento de chamados de emergências ocorridos durante temporais, vendavais e demais sinistros naturais que causam danos ou criam situações de vulnerabilidade social, ofertando alimentos, roupas, cobertores e demais ações de respostas que são possíveis a cada caso.

Fonte: Os autores

Além disso, a também pode-se encontrar a gestão de recursos materiais, para prontidão nas ações de resposta, conforme o Quadro 6 abaixo caracteriza os itens e os procedimentos realizados.

Quadro 6 – Recursos materiais e procedimentos.

Recurso	Procedimento
Cestas básicas	É mantido um estoque de cestas básicas para o atendimento emergencial de possíveis ocorrências, bem como também é realizado o cadastro de pessoas que se encontram em vulnerabilidade social;
Telhas de fibrocimento	Investimento realizado pelo município para o auxílio de reconstrução de residências atingidas por desastres naturais.
Cumeeiras	Material que é complemento para as telhas de fibrocimento, sendo uma nova adição ao portfólio de entregáveis
Água	É realizado o abastecimento de água para localidades do interior do município os quais não possuem ligação junto a rede de distribuição de água/esgoto. Possui o agravante das estiagens que vem assolando a cidade, tanto no ambiente urbano quanto no rural.
Reservatórios de água	Novo complemento também sobre o abastecimento de água realizado, a Defesa Civil Municipal disponibiliza reservatórios para as localidades que não possuem caixas de água para que possam ser devidamente abastecidas.
Lonas	Utilizada durante os chamados de emergência, é o primeiro item que a Defesa Civil entrega aos afetados por vendavais que resultam no destelhamento das residências no município.
Roupas	Por fim, o setor também realiza campanhas de arrecadação de roupas para auxiliar famílias que perdem seus pertences durante os incidentes.

Fonte: os autores

Já referente aos objetivos do presente artigo, define-se em forma de método descritivo, onde para Gil (2008), é o mais adequado ao analisar-se ambientes organizacionais, para caracterizar os contextos apontados com possibilidade de melhorias e otimizações, ocorridos dentro do setor de atuação dos estagiários/autores, e quais as formas de correlacionar as problemáticas em soluções viáveis, considerando suas variáveis. Além disso, o presente também se caracteriza como uma pesquisa aplicada, que de acordo com Gil (2022, p. 41), é "voltada à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica".

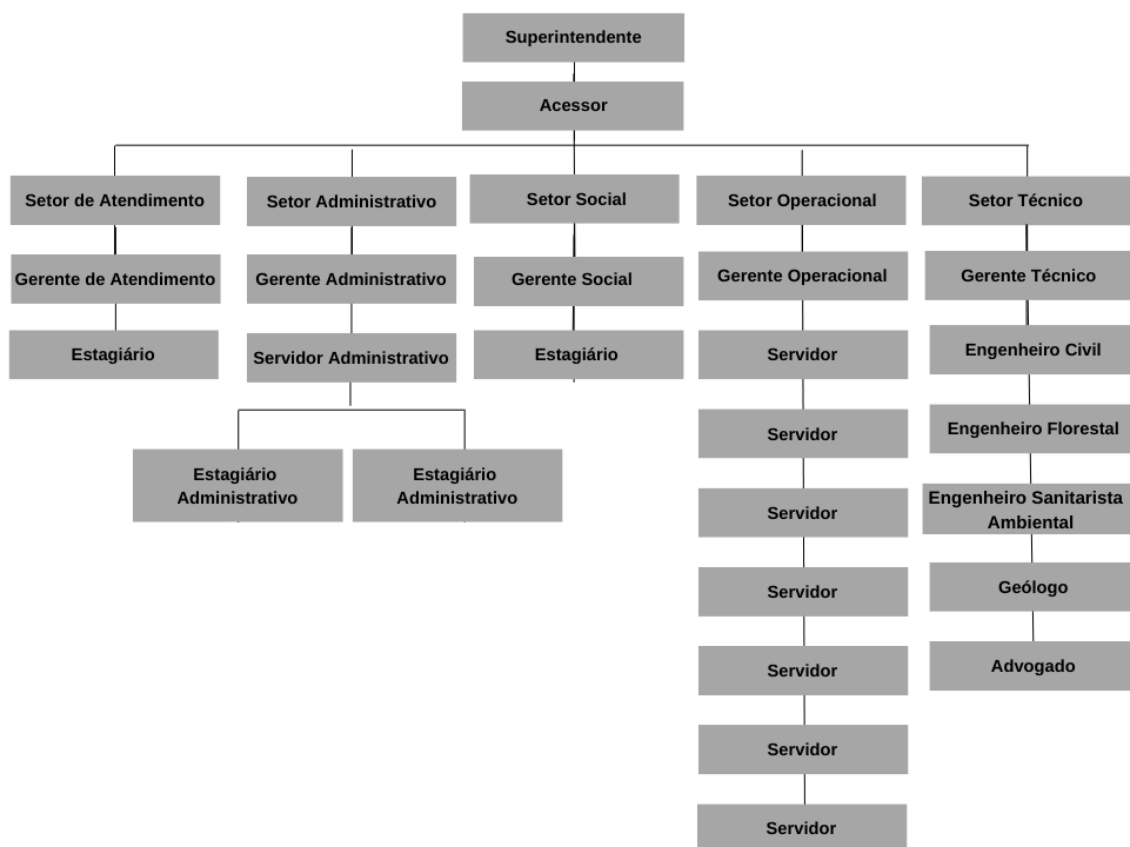
Dessa forma, com a observação do ambiente de trabalho e as formas de atuação, juntamente com a realização da pesquisa bibliográfica por meio de livros acadêmicos das respectivas áreas (planejamento estratégico e estrutura organizacional), dissertações e teses acadêmicas, assim como o conjunto de legislações que englobam o setor, definindo os parâmetros gerais de competências e atuações.

4. RESULTADOS

4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PROPOSTA

Baseando-se em um município central do Rio Grande do Sul, que possui uma população de 296.081 habitantes segundo prévia do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, considerada uma cidade de médio porte e com grande influência na região medial do estado, para atender com maestria as suas demandas e atividades internas, foi elaborada a estrutura organizacional proposta apresentada para municípios que se enquadrem nas características geográficas e demográficas analisadas, conforme Figura 2.

Figura 2 – Organograma básico para Defesa Civil Municipal.



Fonte: os autores

4.2 SETORES PROPOSTOS

Em sequência, sob análise do mapeamento das atividades apontadas, pretende-se nesta seção apresentar as funcionalidades e benefícios para uma Defesa Civil Municipal sobre a organização e atribuições de cada setor, na realização de suas atividades, na gerência de seus recursos, bem como definindo as atribuições e competências de cada parte interna do órgão em foco.

4.2.1 Setor de Atendimento

O presente setor é responsável pelo primeiro contato com o contribuinte - tanto presencial quanto por telefone ou WhatsApp - de todas as demandas. Nesta etapa o responsável orienta o usuário sobre como os procedimentos funcionam, solicita dados necessários, filtra as demandas, encaminha para o setor competente caso a demanda seja pertinente e encerra o atendimento orientando o usuário sobre como o mesmo deve proceder. Sugere-se que neste setor tenha-se de entre 1 e 2 funcionários alocados, podendo ser 1 estagiário e 1 servidor ou 2 estagiários.

Em relação aos benefícios e funcionalidades, a implementação desta função termina com a possibilidade de contato direto com servidores (**preservando o princípio da impessoalidade**), uma vez que as demandas só entrem por este canal; agiliza os processos, e são solicitados todos os dados necessários para dar continuidade ao serviço; diminui retrabalhos; sobre o auxílio de donativos, filtra os recebimentos indevidos, já que antes de repassar a demanda para o setor responsável deve ser analisado dados socioeconômicos e o histórico de atendimentos realizados anteriormente;

Em suma, esta etapa é responsável por filtrar todas as entradas de demanda da Defesa Civil, retirando a responsabilidade de atendimento direto ao cidadão dos outros servidores e estagiários, evitando interrupções de outros serviços e atividades, dando uma atenção maior ao cidadão. Além disso, é a função mais ampla em questão de conhecimento, pois o funcionário deve saber sobre todas as etapas de todos os serviços realizados. Além disso, deve saber filtrar demandas que são de responsabilidade da Defesa Civil, e auxiliar a concluir aquelas que não são, através da orientação ao cidadão sobre qual órgão deve ser procurado para que tenha sua demanda atendida.

4.2.2 Setor Administrativo

O departamento administrativo sugerido é responsável pela gestão de pessoas, emissão de documentos oficiais e relatórios, na gestão de recursos internos e controle organizacional. Com isso, o principal foco deste setor são os servidores e estagiários. Com isso, considerando a análise das demandas e atribuições a serem executadas, o presente setor estima-se necessitar de 2 servidores administrativos e 2 estagiários do curso de administração para a composição do quadro funcional administrativo.

Referente a parte de gestão de pessoas, pode-se destacar que a área administrativa é de suma importância para análise do desempenho da equipe, avaliando aspectos de melhoria e buscando oportunidades de aperfeiçoamento. Além disto, algumas atribuições seriam encaminhamento de férias, lançamento de folhas-ponto, solicitação de cursos de capacitação, lançamento de atestados, formatação de escalas sobreaviso, contabilização de horas extras, emissão de documentos/relatórios, acompanhamento de solicitações de recursos, entre outras demandas que sejam características de sua região.

Em relação a gestão de recursos internos, salienta-se que é a atividade que demanda mais interatividade com os demais setores sugeridos, buscando o controle de estoque, solicitação de materiais de expediente, emissão de relatórios dos recursos disponibilizados pelo setor (**defendendo o princípio da publicidade**), e

demais necessidades a serem supridas para a realização das atividades e manutenção interna do ambiente.

Dessa forma, o setor administrativo também seria competente pelo controle organizacional, o qual pode-se destacar a distribuição de servidores de acordo com os perfis de profissionais, considerando as variáveis que afetam o volume de ocorrências recebidas pela Defesa Civil, bem como avaliar o desempenho dos serviços e proceder com demais solicitações pertinentes.

4.2.3 Setor Técnico

O setor técnico é fundamental para a Defesa Civil, considerando que o seu trabalho irá pautar as condições reais, bem como também irá condicionar as ações e medidas necessárias para o estabelecimento da normalidade. Dessa forma para a composição deste departamento, sugere-se dentro da disponibilidade a inclusão de: 1 profissional formado respectivamente em engenharia civil, engenharia florestal, geologia, engenharia sanitária ambiental e direito.

Em contrapartida a esta realidade, trata-se de um setor com alto custo para quaisquer municípios, devido a sua mão de obra ser qualificada e necessitar possuir experiência. Neste caso, sugere-se que quando não viável, haja uma relação refinada com setores de Infraestrutura/Obras, para a utilização do corpo técnico compartilhado, de acordo com a emergencialidade das ocorrências (defendendo o princípio da eficiência).

A seção técnica proposta perpassa sobre as atividades de encaminhamento de demandas para setores competentes, emissão de certidões de ocorrências e notificações, atualização no histórico de ocorrências da região (registradas em sistemas, quando houve), acompanhamento da resolução de demandas, emissão de relatórios, apontamento de soluções para os atendimentos que necessitam da capacidade técnica avaliativa (alagamentos, deslizamentos, estruturas comprometidas, árvores e entre outros).

4.2.4 Setor Social

O setor social da Defesa Civil, diferente de outros setores que atuam na prevenção de riscos, tem um papel maior no atendimento à população após estes eventos. É o setor mais percebido e próximo à população, que necessita apresentar respostas céleres diante de demandas volumosas. Com isso, faz-se necessário o investimento em um profissional de serviço social, pois em muitos aspectos e atividades realizadas, são necessários relatórios socioeconômicos que facilitam decisões, respaldam as ações da Defesa Civil e garantem o acesso à população mais vulnerável no momento, pautando-se no princípio da impessoalidade.

Em relação às atividades mais importantes deste setor seriam, cadastramento de cidadãos - com a finalidade de registro e não de compromisso -, encaminhamento direto para CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e secretarias responsáveis, emissão de relatórios socioeconômicos, controle de estoque de entregáveis, atendimento com roupas, cobertores e alimentos, validando as entregas de entregáveis, como por exemplo: telhas, água e reservatórios para pessoas em situações emergenciais e em vulnerabilidade social.

Diante do exposto, na composição desta seção, sugere-se que haja no mínimo um(a) profissional habilitado(a) na área de assistência/serviço social,

acompanhado(a) de 1 estagiário da referida área, com o apoio de 1 estagiário administrativo para vincular as ações executadas por meio de relatórios socioeconômicos e validações de ações de resposta da Defesa Civil sobre o sistema informatizado.

4.2.5 Setor Operacional

Já o setor operacional, trata-se do mais próximo a ser implementado de fato, tendo em vista que o conceito de uma forma geral já é utilizado, porém não há de fato um número de pessoas para serem distribuídas entre as atividades desempenhadas pela Defesa Civil Municipal, ocasionando na delegação de serviços de acordo com a disponibilidade da mão de obra dos servidores do quadro funcional.

As atividades exercidas nesse setor dependem exclusivamente do condicionamento e da saúde, visto que se trata de um serviço braçal relativamente pesado, consistindo na execução de entregas de telhas, aluzinco, cumeeiras, água, reservatórios e lona.

Dessa forma, em relação ao quantitativo de funcionários desta seção, propõe-se que de acordo com o período, para as atividades que envolvem a entrega de água sejam destinados 2 servidores (1 motorista categoria C e 1 auxiliar geral) em período de normalidade, assim como haja também uma equipe composta de 3 servidores para a realização de entrega de telhas, aluzinco, cumeeira e reservatórios (1 motorista categoria C e 2 auxiliares gerais) e 3 servidores, com Carteira Nacional de Habilitação categoria B, para realizarem suporte no atendimento com as entregas de lonas, e demais apoios solicitados pelos outros setores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou elencar, por meio do referencial teórico, as definições de organizações (dando enfoque nas públicas) e na estrutura organizacional, bem como analisar e estruturar um setor de Defesa Civil Municipal. Além disso, também se considera importante utilizar as informações como gatilhos para a elaboração de planos estratégicos individuais de cada órgão municipal de Defesa Civil.

Com isso, foi possível realizar também desenvolver a sugestão da criação dos setores que compõem o referido órgão, uma vez que cada processo deve ser atribuído de acordo com as competências e capacidades de cada área na participação. O organograma elaborado de forma idealizada (Figura 2), serve para ilustrar a importância do investimento em servidores especializados nas respectivas áreas apresentadas.

Também foi possível evidenciar e classificar os tipos de atendimentos ocorridos, fazendo com que houvesse a separação entre o as ocorrências (prestação de serviço) e o atendimento com insumos e materiais que são fornecidos em caráter de apoio emergencial aos cidadãos (produtos), considerando um controle de qualidade e um controle de estoque que se fazem fundamentais para o pleno funcionamento.

Sugere-se então que os setores de Defesa Civil Municipal a qual possuem características semelhantes ou proporcionais com o município em analisado, se houver interesse, realizar a aplicação das formas de trabalho apresentadas no presente artigo e/ou adapte os processos de acordo com a sua realidade local e mão-

de-obra disponível e realize testes de aceitação, bem como apresente para fins transparência pública.

Por fim, destaca-se a importância das relações de caráter colaborativo, visando o crescimento mútuo entre acadêmicos e organizações públicas, possibilitando o aperfeiçoamento e a otimização dos processos e da forma de execução do trabalho através de métodos profissionais, que servem como ferramenta de apoio para o gerenciamento organizacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei Nº12.608, de 10 de abril de 2012**. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm>. Acesso em: 14 de agosto de 2023.

CARREIRA, Dorival. **Organização, sistemas e métodos - ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e a estrutura organizacional da empresa**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

CASA MILITAR DEFESA CIVIL RS. Defesa Civil RS. **História**. Disponível em: <<https://www.defesacivil.rs.gov.br/historia>>. Acesso em: 16 set. 2023.

COSTIN, Claudia. **Administração pública**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2010.

DEFESA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Defesa Civil RJ. **Histórico e evolução da defesa civil do Brasil**. Disponível em: <<http://www.defesacivil.rj.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2023.

DEFESA CIVIL SANTA CATARINA. Defesa Civil SC. **Institucional**. Disponível em: <<https://www.defesacivil.sc.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 16 set. 2023.

DUTRA, Joel S. **Gestão de pessoas em empresas e organizações públicas**. São Paulo: Grupo GEN, 2019.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Barueri: Grupo GEN, 2022.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008

IBGE. Cidades IBGE. População. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>>. Acesso em: 15 set 2023.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. **Introdução à administração**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. **Gerência de trabalho de equipe**. São Paulo: Pioneira, 1986.

NASCIMENTO, Edson R. **Gestão pública**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças D. **Estrutura organizacional: uma abordagem para resultados e competitividade**. 3 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2014.

VASCONCELLOS, Eduardo. **Estrutura das Organizações**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.